

**SEVERINA REGINA DE FARIAS**

**EDUCAÇÃO CONTINUADA EM  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**CONSULTA**

**GARANHUNS  
1995**

**SEVERINA REGINA DE FARIAS**

**EDUCAÇÃO CONTINUADA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Monografia apresentada para conclusão do curso Regionalizado para Dirigentes em Vigilância Sanitária como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Especialista em Vigilância Sanitária.

Orientador:

Prof. Pedro Henrique de B. Falcão. Universidade de Pernambuco-UPE. Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns - FFPG.

**G A R A N H U N S**

**1995**

Ao meu pai MIGUEL FARIAS,

in memoriam

A profa. da F.F.P.G. / UPE, Maria Inez Moura Câmara  
ra pelo auxílio na tradução do abstract.

A Ana Paula Oliveira pela datilografia do origii  
nal deste trabalho.

A Deus por me favorecer com tantos amigos querii  
dos que me ajudaram a realizar este trabalho, a minha sincee  
ra homenagem e agradecimento.

## RESUMO

Esta Proposta de Serviço tem por objetivo sensibilizar os profissionais da Rede Municipal de Ensino, conjuntamente com a Secretaria de Educação, sobre a importância de uma programação esclarecedora dos agravos à saúde pela aquisição de produtos e serviços.

Considerando como objeto de intensão, para capacitação, dentro de uma nova perspectiva escolar, o professor Este, responderá em caráter de exercício, as necessidades prioritárias de prevenção à saúde.

Permitindo assim, que trabalhemos estrategicamente a saúde, procurando articular ações educativas dentro de uma compreensão prática de consumo, redimensionando a necessidade de encaminhar alternativas educacionais, e com isso, implementar uma nova etapa programática de ensino, voltada para melhoria de saúde da população.

## SUMÁRIO

	Página
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
1- INTRODUÇÃO.....	06
2- JUSTIFICATIVA.....	08
3- OBJETIVOS.....	09
3.1- GERAL.....	09
3.2- ESPECÍFICOS.....	09
4- METODOLOGIA.....	10
4.1- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO A SER MINISTRADO.....	10
4.2- PROCEDIMENTOS.....	10
4.3- PROGRAMAÇÃO EXPOSITIVA.....	10
4.3.1- CONTROLE DE ALIMENTOS.....	11
4.3.2- CONTROLE DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE.....	11
4.3.2.1- ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	11
4.3.2.2.- LIXO.....	11
4.3.2.3- ESGOTOS E DEJETOS.....	12
4.3.3- CONTROLE DE MEDICAMENTO E CORRELATOS.....	12
4.3.4- CONTROLE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....	12
5- CONCLUSÃO.....	14
6- ABSTRACT.....	15
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16

## 1 - INTRODUÇÃO

Em novembro de 1985, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária / MS, promoveu o Seminário Nacional de Vigilância Sanitária, em Brasília. Este evento contou com a participação de representantes de todos os órgãos estaduais de Vigilância Sanitária e de algumas Secretarias Municipais de Saúde, além de outras entidades afins. Tinha como propósito estabelecer as bases para a definição de uma política de Vigilância Sanitária. Nesse Seminário foram propostos alguns aspectos; dentre eles: criar um plano de educação continuada para a Vigilância Sanitária.

Em Garanhuns, a Vigilância Sanitária foi implantada, na sede da V Diretoria Regional de Saúde, em dezembro de 1991, em abril de 1992, foi implantado o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária, através do Decreto 0231.

Hoje é praticamente consensual reconhecer que a qualidade de vida não é equamente distribuída no mundo, isto é, que ele "vem se deteriorando para muitos e melhorando apenas para uns poucos", assim como é igualmente consensual reconhecer uma crise em Saúde, em particular uma crise da Saúde Pública (OPS, 1992), isto é, do "conjunto de práticas e conhecimentos organizados institucionalmente em uma sociedade, capaz de assegurar as condições necessárias à manutenção e reprodução da vida humana saudável" (SABROSA, 1994).

Numa perspectiva ainda mais abrangente, a questão que se coloca hoje é a da necessidade de intervenção para se evitarem tipos de riscos e agravos que afetam toda

Ao elaborarmos uma proposta de serviço, voltada para Educação Continuada em Vigilância Sanitária, surgiu a través da constatação da complexidade e abrangência do campo da Vigilância Sanitária um desafio na mobilização por intervenções necessárias para melhoria da situação de saúde da população.

Com esta proposta pretendemos abrir canais democráticos entre a Saúde e a Educação, objetivando a realização de um trabalho integrado, entendendo como processo social e político de reorientação e reorganização das práticas de saúde para a transformação da atual situação sanitária. Isto requer mudanças de natureza econômica, social, política e cultural e articulação intra e extra - setorial para que as práticas formuladas produzam efetivamente uma melhoria na qualidade de vida da população.



## 2 - JUSTIFICATIVA

A idéia de elaborar uma proposta de Serviço voltada para Educação Continuada em Vigilância Sanitária, a ser implantada na rede de Ensino Municipal, surgiu de uma vivência marcada pelo compromisso em Saúde Pública e pela necessidade consciente de uma mudança na política educacional que venha contribuir para o desenvolvimento de uma reforma social no campo da Saúde preventiva, objetivando a participação de profissionais de ensino, comprometidos com uma programação direcionada para minimizar os agravos à saúde, advindos da aquisição de produtos e serviços, prestados à população.

### 3 - OBJETIVOS

#### 3.1. - G E R A L

Sensibilizar os profissionais da Rede Municipal de Ensino, conjuntamente com a Secretária de Educação, da importância de uma programação esclarecedora dos agravos à saúde pela aquisição de produtos e serviços.

#### 3.2. - ESPECÍFICOS

Refletir sobre a formação do educador, tornando mais estreita a relação entre a Vigilância Sanitária e os profissionais de ensino, numa perspectiva crítico - reflexiva, no sentido de divulgar as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Contribuir para diminuir o índice de doenças acarretadas pela falta de conhecimento no campo da Saúde Pública.

#### 4- METODOLOGIA

Os trabalhos serão desenvolvidos diretamente com os professores da rede municipal de ensino, criando assim, um mecanismo efetivo, no controle dos agravos a saúde.

Utilizando-se as seguintes atividades:

##### 4.1. - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO A SER MINISTRADO:

- A- Relação entre educação e Saúde / Sociedade.
- B- Função Social da escola / Saúde.
- C- A prática docente: Relação ensino processo saú  
de / doença.

##### 4.2. - PROCEDIMENTOS

- A- Leitura de Textos.
- B- Elaboração de esquemas e resumos dentro dos pa  
drões exigidos pelo Ministério da Saúde e Minis  
tério da Agricultura.
- C- Trabalhos individuais e grupais.
- D- Exposição oral, transparências e debates.
- E- Limites e possibilidades das técnicas e instrumen  
tos.

##### 4.3. - PROGRAMAÇÃO EXPOSITIVA

Serão desenvolvidos os seguintes conceitos teórico-práticos de educação, saúde / sociedade.

**4.3.1. - CONTROLE DE ALIMENTOS**

O controle de alimentos será respaldado na lei 986 de 21/10/69, na seguinte ordem:

- A- Origem dos Alimentos;
- B- Importância do Registro no Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura e da responsabilidade técnica pelo produto;
- C- Características e condições gerais dos produtos (amassados, estufados, enferrujados, adulterados, cor e odor dentro dos padrões);
- D- Higiene e prática de manipulação; entre outros.

**4.3.2. - CONTROLE DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE**

Respaldado no Código Sanitário, Decreto nº 3488 de 31/12/74 e Portaria 36 de 19/01/90 do Ministério da Saúde, abrangendo o seguinte:

**4.3.2.1. - ABASTECIMENTO DE ÁGUA:**

- A- Tipos de água;
- B- Doenças relacionadas com água não tratada.
- C- Mecânica de tratamento dos diversos tipos de água, etc.

**4.3.2.2. - LIXO:**

- A- Tipos de lixo;
- B- Destino adequado do lixo;

**4.3.2.3. - ESGOTOS E DEJETOS:**

A- Tipos de esgotos;

B- Doenças veiculadas pelos dejetos, através dos esgotos;

C- Orientações adequadas de prevenção sanitária relacionadas com os dejetos.

**4.3.3. - CONTROLE DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS**

Será respaldado na lei 5.991 de 17/12/73 e mostrará a importância do registro dos medicamentos e correlatos no Ministério da Saúde e da responsabilidade técnica pelo produto. A forma de comercialização dos medicamentos dando ênfase ao controle da data de fabricação, prazo de validade, lote ou partida, bula e ainda dos entorpecentes e psicotrôpicos sem nenhum controle.

**4.3.4. - CONTROLE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Será respaldado no Código Sanitário, Decreto 3488

- A- As práticas enganosas executadas por profissionais não habilitados;
- B- Ao uso indiscriminado de medicamentos nas escolas;
- C- As consultas médicas, odontológicas e para-médicas;
- D- Aos serviços de saúde hospitalar e ambulatorial;
- E- Aos aparelhos médicos, entre outros.

Por fim fazer juntamente com os educadores, uma a valiação do aparelhamento na rede de ensino municipal, na abrangência do Projeto de Educação Continuada em Vigilância Sanitária.

## 5 - CONCLUSÃO

Com esta proposta de serviço, esperamos contri buir para um grande passo no campo da saúde preventiva, uma vez que, propomos abrir um canal de integração entre a saúde e a educação, visando melhorar a qualidade de vi da da coletividade, através dos conhecimentos adquiridos com o repasse das informações dos educandos, sobre ações preventivas, que venha minimizar os agravos à saúde, for talecendo assim o objetivo proposto.

**6- ABSTRACT**

This proposal of help have to objective to be moved the professionals of network teaching town council, with subjunctive with Secretary Education, about the importance of the program explain of offence at health for acquisition of product and services.

Considering with object of intention for capacity, inside of the new school perspective, the teacher. This, will answer in characters exercises, the necessity priority of prevention to the health.

Like this consenting, that we had work strateging to the health, waiting to articulate educative actions inside the practical compression of consumption, redimension the necessity to put on the right path educations alternatives and with this, a new part of programme school, for a good health population.



**7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CÓDIGO SANITÁRIO. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Saúde. Recife 1976

COSTA, E.A. Vigilância Sanitária e a Saúde do Consumidor. Epidemiologia & Saúde. p. 443-453. 1993.

OPS. La Crisis de la salud publica: reflexiones para el debate. Washington DC. Organización Panamericana de la Salud. 1992

SABROZA, P.C. Saúde Pública: procurando os limites da crise. Rio de Janeiro, ENSP -FIOCRUZ. 17 p. (mimeo), p. 2, 1994.